

CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

Edital 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	257005-CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	DEBORA RENATA DOS REIS ROLIM	27/05/2026 16:49 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	7/2026	25208.000116/2026-91

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

XXX/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

257005 - CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais correlatos destinados à proteção dos servidores, bolsistas e estagiários que atuam nas Seções de Manejo de Primatas (SEMAP), Pesquisa com Primatas (SEPEP), Medicina Veterinária (SEMEV) e no Laboratório (SELAB) do Centro Nacional de Primatas - CENP., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 226.677,59 (Duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2026

(Processo Administrativo nº 25208.000116/2026-91)

Torna-se público que a UNIÃO, por intermédio do CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS - CENP, sediado na Rodovia BR316, S/N, Levilândia, Ananindeua/PA, CEP: 67033-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a disponibilização contínua de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais correlatos destinados à proteção dos servidores, bolsistas e estagiários que atuam nas Seções de Manejo de Primatas (SEMAP), Pesquisa com Primatas (SEPEP), Medicina Veterinária (SEMEV) e no Laboratório (SELAB) do Centro Nacional de Primatas - CENP., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Para esta aquisição opta-se pela não utilização do Sistema de Registro de Preços - SRP.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Na presente licitação, a contratação será exclusiva para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme inciso I, art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, pois os valores estimados dos itens, individualmente considerados, encontram-se abaixo de R\$ 80.000,00 reais;

3.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.21. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.24. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.25. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Para esta aquisição opta-se pela não utilização do Sistema de Registro de Preços - SRP.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. , salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selog@cenp.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

ALINE AMARAL IMBELONI

Autoridade competente

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE AMARAL IMBELONI

Autoridade competente

OBADIAS DOS REIS SILVA

Agente de contratação

SHEILA TETSUME MAKIAMA

Agente de contratação

DEBORA RENATA DOS REIS ROLIM

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 16:49:15.

CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	257005-CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	DEBORA RENATA DOS REIS ROLIM	27/05/2026 16:49 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	7/2026	25208.000116/2026-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25208.000116/2026-91)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais correlatos destinados à proteção dos servidores, bolsistas e estagiários que atuam nas Seções de Manejo de Primatas (SEMAP), Pesquisa com Primatas (SEPEP), Medicina Veterinária (SEMEV) e no Laboratório (SELAB) do Centro Nacional de Primatas - CENP.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AVENTAL MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COMPRIMENTO: 100, COR: BRANCA, TIPO: IMPERMEÁVEL, LARGURA: 60, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIRAS DEAMARRAR FIXAS	238638	Unidade	10	R\$ 23,78	R\$ 237,80
2	AVENTAL DESCARTÁVEL MATERIAL: POLIPROPILENO. MODELO: UNISSEX. COR: BRANCA. CARACTERÍSTICAS	422231	Pacote 10 unidades	700	R\$ 38,25	R\$ 26.775,00

	ADICIONAIS: MANGA LONGA, DESCARTÁVEL. TAMANHO: ÚNICO					
3	AVENTAL PROCEDIMENTO - PARAMENTAÇÃO COR: AMARELO, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 30, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C/ PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: MÉDIO (M), TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRA BACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇO E CINTURA	604954	Unidade	1500	R\$ 5,00	R\$ 7.500,00
4	AVENTAL PROCEDIMENTO - PARAMENTAÇÃO COR: AMARELO, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 30, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C/ PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: GRANDE (G), TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRA BACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇO E CINTURA	604955	Unidade	1500	R\$ 7,60	R\$ 11.400,00
5	AVENTAL PROCEDIMENTO - PARAMENTAÇÃO COR: AZUL, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 45, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C /PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: MÉDIO (M), TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRABACTERIANA, TIPO FECHAMENTO:	604964	Unidade	2980	R\$ 8,72	R\$ 25.985,60

	POSTERIOR P/ PESCOÇOE CINTURA					
6	AVENTAL PROCEDIMENTO - PARAMENTAÇÃO COR: AZUL, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 45, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C /PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE,TAMANHO: GRANDE (G), TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRABACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇOE CINTURA	604960	Unidade	2000	R\$ 7,50	R\$ 15.000,00
7	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIALSOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA ,TAMANHO: 34 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOSGERAIS	482669	Par	5	R\$ 43,05	R\$ 215,25
8	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIALSOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA ,TAMANHO: 35 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOSGERAIS	482669	Par	5	R\$ 43,05	R\$ 215,25
9	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIALSOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA ,TAMANHO: 36 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOSGERAIS	482669	Par	8	R\$ 43,05	R\$ 344,40
10	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIALSOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA ,TAMANHO: 37 ,	482669	Par	17	R\$ 43,05	R\$ 731,85

	TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOSGERAIS					
11	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIALSOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA ,TAMANHO: 38 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOSGERAIS	482669	Par	23	R\$ 43,05	R\$ 990,15
12	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIALSOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA ,TAMANHO: 40 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOSGERAIS	482669	Par	6	R\$ 46,05	R\$ 276,30
13	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIALSOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA ,TAMANHO: 41 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOSGERAIS	482669	Par	6	R\$ 43,05	R\$ 258,30
14	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIALSOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA ,TAMANHO: 42 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOSGERAIS	482669	Par	4	R\$ 43,05	R\$ 172,20
15	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIALSOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA ,TAMANHO: 44 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOSGERAIS	482669	Par	4	R\$ 43,05	R\$ 172,20
16	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: NITRILE, MODELO: SEM LÁTEX, TAMANHO:MÉDIO,	619824	Caixa 100 unidades	1000	R\$ 26,43	R\$ 26.430,00

	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA					
17	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: NITRILE, MODELO: SEM LÁTEX, TAMANHO: PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA	619823	Caixa 100 unidades	800	R\$ 22,50	R\$ 18.000,00
18	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: 100% NITRILE, TAMANHO: EXTRA GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ, ANTIDERRAPANTE, TIPO: AMBIDESTRA	619821	Caixa 100 unidades	45	R\$ 25,00	R\$ 1.125,00
19	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO LUVAS NITRÍLICAS: LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃOCIRÚRGICO, MATERIAL NITRILO, TAMANHO GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PÓ, ESTERILIDADENÃO ESTERILIZADA, MODELO SEM LÁTEX	619825	Caixa 100 unidades	500	R\$ 20,61	R\$ 10.305,00
20	MACACÃO MATERIAL: TYVEK , COMPONENTES: CAPUZ , TIPO USO:ÁREA MANIPULAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS , TAMANHO:MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PUNHO ETORNOZELO COM ELÁSTICO, CAPUZ E ZÍPER	616643	Unidade	16	R\$ 13,00	R\$ 208,00
21	MÁSCARA MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA MODELO:RESPIRADOR TIPO CONCHA , MATERIAL:	485529	Unidade	500	R\$ 1,28	R\$ 640,00

	CAMADAS FIBRASSINTÉTICAS , FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S , CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE , COMPONENTE: CLIPENASAL , TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA , ADICIONAL 2: S/ VÁLVULA , COR: C/ COR , TAMANHO: ADULTO , ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL					
22	MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL MATERIAL: TNT (TECIDO NÃO TECIDO) , TIPO FIXAÇÃO: CONTORNO TOTAL, COM ELÁSTICO , CARACTERÍSTICASADICIONAIS: PROTEÇÃO DE BARBA E BIGODE , TAMANHO:ÚNICO	483888	Caixa 50 unidades	1000	R\$ 14,79	R\$ 14.790,00
23	PROTETOR FACIAL MATERIAL: ACRÍLICO, MATERIAL COROA: PLÁSTICO, COMPRIMENTO: 200, COR: INCOLOR, CARACTERÍSTICASADICIONAIS: COROA AJUSTÁVEL E ARTICULADA	308648	Unidade	15	R\$ 25,98	R\$ 389,70
24	SAPATILHA HOSPITALAR TIPO PRO PÉ SAPATILHA HOSPITALAR TIPO PRO PÉ: SAPATILHAHOSPITALAR; MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO; MODELO C/ ELÁSTICO; COR: C/ COR; GRAMATURA: CERCA DE 40; TAMANHO: ÚNICO; TIPO USO: DESCARTÁVEL	436858	Pacote 100 unidades	3200	R\$ 13,20	R\$ 42.240,00
25	SAPATILHA PLÁSTICA PROPÉ SAPATILHA PLÁSTICA PROPÉ. DESCARTÁVEL. MATERIAL : POLIETILENO. TAMANHO ÚNICO	436853	Pacote 100 unidades	200	R\$ 24,61	R\$ 4.922,00
26	TAMANCO USO HOSPITALAR	280457	Par	5	R\$ 72,98	R\$ 364,90

	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 34.					
27	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 35.	280457	Par	5	R\$ 71,99	R\$ 359,95
28	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 36.	280457	Par	11	R\$ 72,98	R\$ 802,78
29	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 37.	280457	Par	20	R\$ 71,98	R\$ 1.439,60
30	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 38.	280457	Par	26	R\$ 71,99	R\$ 1.871,74
31	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS	280457	Par	6	R\$ 71,99	R\$ 431,94

	ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 39.					
32	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 40.	280457	Par	17	R\$ 71,99	R\$ 1.223,83
33	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 42.	280457	Par	9	R\$ 71,99	R\$ 647,91
34	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 44.	280457	Par	4	R\$ 71,99	R\$ 287,96
35	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 45.	280457	Par	2	R\$ 71,99	R\$ 143,98
36	TOUCA MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: BRANCA, TIPO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMANHOÚNICO COM ELÁSTICO	332930	Pacote 100 unidades	500	R\$ 18,82	R\$ 9.410,00

37	ÓCULOS PROTEÇÃO	634184	Unidade	30	R\$ 12,30	R\$ 369,00
	ÓCULOS PROTEÇÃO MATERIAL ARMAÇÃO: POLICARBONATO, TIPO PROTEÇÃO: AMPLA VISÃO, MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO, TIPO LENTE: ANTI-RISCO, COR LENTE: INCOLOR, APLICAÇÃO: PROTEÇÃO GERAL.					
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 226.677,59

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, à Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 5 e 11, inciso IV, e 144, bem como em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – edição 2025, a aquisição dos bens deverá observar, sempre que tecnicamente viável e compatível com o objeto, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: Nesse sentido, os bens a serem adquiridos deverão atender, no que couber, aos seguintes requisitos:

I – ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente as ABNT NBR 15448-1 e ABNT NBR 15448-2, que tratam dos requisitos ambientais para produtos plásticos;

II – ser preferencialmente acondicionados em embalagens adequadas ao transporte e armazenamento, com o menor volume possível, priorizando o uso de materiais recicláveis ou reutilizáveis, de forma a reduzir a geração de resíduos e garantir a integridade dos produtos durante as etapas de logística;

III – não conter substâncias perigosas em concentração superior aos limites estabelecidos pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cádmio (Cd), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilpolibromados (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.2. Adicionalmente, considerando que alguns dos itens previstos nesta contratação podem envolver materiais poliméricos ou sintéticos, cujas atividades de fabricação e comercialização encontram-se enquadradas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013 e 13/2021, especificamente nas categorias 15-5 – Fabricação de e resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos e 12-2 – Fabricação de artefatos de material plástico, deverá ser exigida dos fornecedores, quando aplicável, a comprovação de regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), mantido pelo IBAMA.

4.3 A observância desses critérios visa reduzir os impactos ambientais associados à produção, ao acondicionamento, ao transporte e ao descarte dos materiais adquiridos, promovendo práticas de consumo sustentável no âmbito da Administração Pública.

Entrega e aceitação do objeto

4.4. Os EPIs objetos deste ETP, de fabricação nacional ou importada, devem ser fornecidos com Certificado de Aprovação - CA válido, expedido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.

4.5. O prazo para entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da solicitação formal ou da emissão da ordem de fornecimento pela Administração, devendo a entrega ocorrer em remessa única, salvo se previamente autorizado pela Administração.

4.6. Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado do Centro Nacional de Primata, no horário de funcionamento compreendido entre 08h e 11h ou 13h e 16h, em dias úteis, devendo o fornecedor comunicar previamente a data prevista para entrega, quando solicitado pela Administração.

4.7. Os materiais fornecidos deverão estar em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, identificados e acondicionados, de modo a garantir sua integridade durante o transporte, armazenamento e manuseio, observando as especificações técnicas exigidas no processo de contratação.

4.8. Para os itens que possuam prazo de validade determinado, será exigido que, no momento da entrega, apresentem, prazo de validade mínimo de 01 (um) ano, contado a partir da data de recebimento pela Administração, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela área demandante.

4.9. Para os produtos cuja validade seja indeterminada, a data de fabricação não poderá ser superior a 06 (seis) meses no momento da entrega.

4.10. O recebimento dos bens ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento provisório: no ato da entrega no almoxarifado, para efeito de verificação preliminar da conformidade dos produtos com as quantidades e especificações constantes na solicitação de fornecimento;

II – Recebimento definitivo: ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação detalhada da qualidade, integridade e conformidade dos bens com as especificações estabelecidas. O recebimento definitivo será formalizado através de ateste via SEI desde que não sejam constatadas irregularidades, avarias, defeitos ou desconformidades nos produtos entregues.

4.11. Caso sejam identificadas inconsistências, danos ou não conformidade com as especificações exigidas, o fornecedor deverá substituir os produtos no prazo a ser definido pela Administração, sem ônus adicional, ficando suspenso o prazo para recebimento definitivo até a regularização da entrega.

Subcontratação

4.12. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de fornecimento imediato de material de consumo.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.14. Na presente licitação, contratação será exclusiva para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme inciso I, art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, pois os valores estimados dos itens, individualmente considerados, encontram-se abaixo de R\$ 80.000,00 reais;

4.14.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.14.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.14.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias para todos os itens, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: BR 316. Km 07, no Setor de Patrimônio do Centro Nacional de Primatas, no horário das 08 às 11 ou das 13 às 15 horas, de segunda à sexta-feira em dia úteis.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/04/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	Ativo Total

SG =	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
------	---

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total da aquisição foi estimado em R\$ 226.677,59 (duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), conforme Pesquisa de Preço 13/2026.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: [...];
 - II) Fonte de recursos: [...];
 - III) Programa de trabalho: [...];
 - IV) Elemento de despesa: [...]; e
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- [Local], [dia] de [mês] de [ano].

OBADIAS DOS REIS SILVA
Agente de contratação

SHEILA TETSUME MAKIAMA
Agente de contratação

DÉBORA RENATA DOS REIS ROLIM
Agente de contratação

13. ANEXO I

- 13.1. A licitação será por Pregão Eletrônico, com fulcro no (a) inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OBADIAS DOS REIS SILVA

Agente de contratação

SHEILA TETSUME MAKIAMA

Agente de contratação

DEBORA RENATA DOS REIS ROLIM

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 16:49:50.

CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

Estudo Técnico Preliminar 13/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25208.000116/2026-91

2. Descrição da necessidade**Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs)**

A presente contratação decorre da necessidade de disponibilização contínua de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais correlatos destinados à proteção dos servidores, bolsistas e estagiários que atuam nas Seções de Manejo de Primatas (SEMAP), Pesquisa com Primatas (SEPEP), Medicina Veterinária (SEMEV) e no Laboratório (SELAB) do Centro Nacional de Primatas - CENP.

As atividades desenvolvidas nesses setores envolvem o manejo de primatas não humanos, a realização de procedimentos de pesquisa biomédica, a manipulação de amostras biológicas e a execução de rotinas de higienização e desinfecção de ambientes, equipamentos e materiais. Tais atividades expõem os trabalhadores a diferentes tipos de riscos ocupacionais, dentre os quais se destacam riscos biológicos associados ao contato com sangue, secreções e dejetos dos animais; riscos físicos decorrentes de mordeduras, arranhaduras e outros acidentes durante o manejo; e riscos químicos relacionados à manipulação de substâncias utilizadas em processos de limpeza e desinfecção.

Diante desse contexto, torna-se indispensável a disponibilização adequada de EPIs que possibilitem a mitigação desses riscos, garantindo a proteção da saúde e da integridade física dos trabalhadores durante o desempenho de suas atividades. A utilização desses equipamentos constitui medida essencial de segurança no trabalho, contribuindo para a prevenção de acidentes e para a redução da exposição ocupacional a agentes potencialmente causadores de agravos à saúde.

Além disso, a disponibilização de EPIs adequados está alinhada às normas de segurança e saúde no trabalho e às boas práticas laboratoriais e de manejo animal, sendo requisito fundamental para o desenvolvimento seguro das atividades institucionais. A ausência ou insuficiência desses equipamentos pode comprometer a segurança dos trabalhadores, aumentar o risco de acidentes e doenças ocupacionais, além de impactar negativamente a continuidade e a qualidade das atividades de pesquisa e manejo desenvolvidas no âmbito do Centro Nacional de Primatas.

Dessa forma, a contratação proposta visa garantir o fornecimento regular e adequado de Equipamentos de Proteção Individual necessários ao desenvolvimento seguro das atividades institucionais, assegurando condições apropriadas de trabalho e contribuindo para a manutenção das atividades de pesquisa, manejo e assistência veterinária realizadas pela unidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Manejo de Primatas - SEMAP	Obadias dos Reis Silva
Seção de Manejo de Primatas - SEMAP	SHEILA TETSUME MAKIAMA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Critérios de sustentabilidade ambiental

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, à Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 5 e 11, inciso IV, e 144, bem como em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – edição 2025, a aquisição dos bens deverá observar, sempre que tecnicamente viável e compatível com o objeto, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

Nesse sentido, os bens a serem adquiridos deverão atender, no que couber, aos seguintes requisitos:

I – ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente as ABNT NBR 15448-1 e ABNT NBR 15448-2, que tratam dos requisitos ambientais para produtos plásticos;

II – ser preferencialmente acondicionados em embalagens adequadas ao transporte e armazenamento, com o menor volume possível, priorizando o uso de materiais recicláveis ou reutilizáveis, de forma a reduzir a geração de resíduos e garantir a integridade dos produtos durante as etapas de logística;

III – não conter substâncias perigosas em concentração superior aos limites estabelecidos pela diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cádmio (Cd), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilpolibromados (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs).

Adicionalmente, considerando que alguns dos itens previstos nesta contratação podem envolver materiais poliméricos ou sintéticos, cujas atividades de fabricação e comercialização encontram-se enquadradas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013 e 13/2021, especificamente nas categorias 15-5 – *Fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos* e 12-2 – *Fabricação de artefatos de material plástico*, deverá ser exigida dos fornecedores, quando aplicável, a comprovação de regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF /APP), mantido pelo IBAMA.

A observância desses critérios visa reduzir os impactos ambientais associados à produção, ao acondicionamento, ao transporte e ao descarte dos materiais adquiridos, promovendo práticas de consumo sustentável no âmbito da Administração Pública.

Critérios para a entrega e aceitação do objeto

Os EPIs objetos deste ETP, de fabricação nacional ou importada, devem ser fornecidos com Certificado de Aprovação - CA válido, expedido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho (

O prazo para entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da solicitação formal ou da emissão da ordem de fornecimento pela Administração, devendo a entrega ocorrer em remessa única, salvo se previamente autorizado pela Administração.

Os produtos deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado do Centro Nacional de Primatas, no horário de funcionamento compreendido entre 08h e 11h ou 13h e 16h, em dias úteis, devendo o fornecedor comunicar previamente a data prevista para entrega, quando solicitado pela Administração.

Os materiais fornecidos deverão estar em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, identificados e acondicionados, de modo a garantir sua integridade durante o transporte, armazenamento e manuseio, observando as especificações técnicas exigidas no processo de contratação.

Para os itens que possuam prazo de validade determinado, será exigido que, no momento da entrega, apresentem prazo de validade mínimo de 01 (um) ano, contado a partir da data de recebimento pela Administração, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela área demandante.

Para os produtos cuja validade seja indeterminada, a data de fabricação não poderá ser superior a 06 (seis) meses no momento da entrega.

O recebimento dos bens ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento provisório: no ato da entrega no almoxarifado, para efeito de verificação preliminar da conformidade dos produtos com as quantidades e especificações constantes na solicitação de fornecimento;

II – Recebimento definitivo: ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação detalhada da qualidade, integridade e conformidade dos bens com as especificações estabelecidas. O recebimento definitivo será formalizado através de ateste via SEI desde que não sejam constatadas irregularidades, avarias, defeitos ou desconformidades nos produtos entregues.

Caso sejam identificadas inconsistências, danos ou não conformidade com as especificações exigidas, o fornecedor deverá substituir os produtos no prazo a ser definido pela Administração, sem ônus adicional, ficando suspenso o prazo para recebimento definitivo até a regularização da entrega.

5. Levantamento de Mercado

A aquisição dos itens previstos neste Estudo Técnico Preliminar constitui demanda recorrente do Centro Nacional de Primatas, tendo em vista que os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais correlatos são insumos essenciais para a execução contínua das atividades de manejo animal, pesquisa biomédica, assistência veterinária e rotinas laboratoriais desenvolvidas pela unidade.

O levantamento de mercado indica que os produtos objeto desta contratação são amplamente disponíveis no mercado nacional, sendo fabricados e comercializados por diversos fornecedores e distribuidores especializados em equipamentos de segurança e materiais laboratoriais. Esses produtos são ofertados em conformidade com especificações técnicas padronizadas e amplamente reconhecidas no mercado, o que possibilita a definição objetiva de requisitos de desempenho e qualidade nos instrumentos convocatórios.

A existência de múltiplos fabricantes e distribuidores aptos a fornecer os itens demandados favorece a competitividade do certame, ampliando a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência.

Adicionalmente, os itens a serem adquiridos classificam-se como bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme previsto no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a modalidade de pregão na forma eletrônica.

Dessa forma, verifica-se que o mercado fornecedor apresenta condições adequadas para o atendimento da demanda institucional, possibilitando a realização de processo de contratação competitivo e alinhado às boas práticas de planejamento das contratações públicas.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Centro Nacional de Primatas (CENP), para utilização nas rotinas laborais dos servidores ocupantes dos cargos de tecnologista e técnico em pesquisa e investigação biomédica, bem como de bolsistas e estagiários vinculados à unidade.

Os equipamentos a serem adquiridos são essenciais para a mitigação dos riscos ocupacionais inerentes às atividades desenvolvidas no centro, que incluem manejo de primatas não humanos, manipulação de amostras biológicas, execução de procedimentos laboratoriais, atividades de limpeza e desinfecção de ambientes e assistência veterinária.

Nesse contexto, itens como luvas, máscaras e demais barreiras de proteção desempenham papel fundamental na proteção dos trabalhadores contra o contato direto com materiais biológicos, secreções e excreções provenientes da manipulação dos animais, reduzindo o risco de exposição a agentes infecciosos. Esses equipamentos também contribuem para a proteção sanitária dos próprios animais, minimizando o risco de transmissão de patógenos entre humanos e primatas, especialmente no contexto de doenças zoonóticas infectocontagiosas.

A solução de aquisição direta desses itens mostra-se adequada, considerando tratar-se de materiais de consumo ou de uso contínuo, amplamente disponíveis no mercado e necessários para a manutenção das condições de segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Considerando que o valor estimado da contratação para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais correlatos é de **R\$ 226.677, 59 (duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)**, recomenda-se que a contratação seja realizada por meio de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, modalidade indicada para a aquisição de bens comuns. O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o menor preço, observados os requisitos de qualidade e as especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base no quantitativo de servidores e colaboradores que atuam nas Seções de Manejo de Primatas, Experimentação Animal, Clínica Veterinária, Ecologia e Meio Ambiente e Laboratório do Centro Nacional de Primatas (CENP), considerando as necessidades operacionais de cada setor.

Para a definição da estimativa anual dos materiais a serem adquiridos, foram considerados os seguintes fatores: o quantitativo de materiais atualmente disponíveis em estoque no almoxarifado, conforme registrado em despacho no Sistema Eletrônico de Informações (SEI); o número de profissionais da área técnica que utilizam regularmente os equipamentos (63 pessoas); o histórico e a frequência diária de consumo desses materiais nas rotinas de trabalho, bem como as recomendações de uso e reposição indicadas pelos fabricantes.

A partir desses parâmetros, foi possível estimar a demanda anual necessária para garantir o abastecimento adequado dos setores envolvidos, evitando tanto a insuficiência de materiais quanto a formação de estoques excessivos.

Apresentam-se, a seguir, as quantidades estimadas para aquisição.

Nº ITEM	CATMAT	PDM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	238638	AVENTAL	MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COMPRIMENTO: 100, COR: BRANCA, TIPO: IMPERMEÁVEL, LARGURA: 60, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIRAS DE AMARRAR FIXAS	Unidade	10
2	422231	AVENTAL DESCARTÁVEL	MATERIAL: POLIPROPILENO. MODELO: UNISSEX. COR: BRANCA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MANGA LONGA, DESCARTÁVEL. TAMANHO: ÚNICO.	Pacote com 10 unidades	700
3	604954	AVENTAL PROCEDIMENTO - PARAMENTAÇÃO	COR: AMARELO, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 30, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C/ PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: MÉDIO (M), TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRA BACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇO E CINTURA	Unidade	1.500
4	604955	AVENTAL PROCEDIMENTO - PARAMENTAÇÃO	COR: AMARELO, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 30, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C/ PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: GRANDE (G), TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRA BACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇO E CINTURA	Unidade	1.500
5	604964	AVENTAL PROCEDIMENTO - PARAMENTAÇÃO	COR: AZUL, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 45, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C/ PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: MÉDIO (M), TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRA BACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇO E CINTURA	Unidade	2.980
6	604960	AVENTAL PROCEDIMENTO - PARAMENTAÇÃO	COR: AZUL, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 45, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C/ PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: GRANDE (G), TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRA BACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇO E CINTURA	Unidade	2.000
7	482669	BOTA SEGURANÇA	MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA , TAMANHO: 34, TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	Par	5
			MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA ,		

8	482669	BOTA SEGURANÇA	TAMANHO: 35, TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	Par	5
9	482669	BOTA SEGURANÇA	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA , TAMANHO: 36, TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	Par	8
10	482669	BOTA SEGURANÇA	MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA , TAMANHO: 37, TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	Par	17
11	482669	BOTA SEGURANÇA	MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA , TAMANHO: 38, TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	Par	23
12	482669	BOTA SEGURANÇA	MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA , TAMANHO: 40, TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	Par	6
13	482669	BOTA SEGURANÇA	MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA , TAMANHO: 41, TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	Par	6
14	482669	BOTA SEGURANÇA	MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA , TAMANHO: 42, TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	Par	4
15	482669	BOTA SEGURANÇA	MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA , MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA , TAMANHO: 44, TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	Par	4
16	619824	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO	MATERIAL: NITRILE, MODELO: SEM LÁTEX, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA	caixa 100 unidades	1.000
17	619823	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO	MATERIAL: NITRILE, MODELO: SEM LÁTEX, TAMANHO: PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ, ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA	caixa 100 unidades	800
18	619821	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO	MATERIAL: 100% NITRILE, TAMANHO: EXTRA GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ, ANTIDERRAPANTE, TIPO: AMBIDESTRA	caixa 100 unidades	45

19	619825	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO	LUVAS NITRÍLICAS: LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL NITRILO, TAMANHO GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PÓ, ESTERILIDADE NÃO ESTERILIZADA, MODELO SEM LÁTEX	caixa 100 unidades	500
20	616643	MACACÃO	MATERIAL: TYVEK , COMPONENTES: CAPUZ , TIPO USO: ÁREA MANIPULAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS , TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PUNHO E TORNOZELO COM ELÁSTICO, CAPUZ E ZÍPER	Unidade	16
21	485529	MÁSCARA	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA MODELO: RESPIRADOR TIPO CONCHA , MATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS , FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S , CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE , COMPONENTE: CLIPE NASAL , TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA , ADICIONAL 2: S/ VÁLVULA , COR: C/ COR , TAMANHO: ADULTO , ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL	Unidade	500
22	483888	MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL	MATERIAL: TNT (TECIDO NÃO TECIDO) , TIPO FIXAÇÃO: CONTOURNO TOTAL, COM ELÁSTICO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PROTEÇÃO DE BARBA E BIGODE , TAMANHO: ÚNICO	Caixa com 50	1.000
23	308648	PROTETOR FACIAL	MATERIAL: ACRÍLICO, MATERIAL COROA: PLÁSTICO, COMPRIMENTO: 200, COR: INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COROA AJUSTÁVEL E ARTICULADA	Unidade	15
24	436858	SAPATILHA HOSPITALAR TIPO PRO PÉ	SAPATILHA HOSPITALAR TIPO PRO PÉ: SAPATILHA HOSPITALAR; MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO; MODELO C/ ELÁSTICO; COR: C/ COR; GRAMATURA: CERCA DE 40; TAMANHO: ÚNICO; TIPO USO: DESCARTÁVEL	Pacote 100 unidades	3.200
25	436853	SAPATILHA PLÁSTICA PROPÉ	SAPATILHA PLÁSTICA PROPÉ. DESCARTÁVEL. MATERIAL : POLIETILENO. TAMANHO ÚNICO	Pacote 100 unidades	200
26	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 34.	Par	5
27	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 35.	Par	5
28	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 36.	Par	11
29	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 37.	Par	20

30	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 38.	Par	26
31	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 39	Par	6
32	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 40.	Par	17
33	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 42.	Par	9
34	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 44.	Par	4
35	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR	MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 45	Par	2
36	332930	TOUCA	MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: BRANCA, TIPO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMANHO ÚNICO COM ELÁSTICO	Pacote 100 unidades	500
37	634184	ÓCULOS PROTEÇÃO	Óculos Proteção Material Armação: Policarbonato , Tipo Proteção: Ampla Visão , Material Proteção: Policarbonato , Tipo Lente: Anti-Risco , Cor Lente: Incolor , Aplicação: Proteção Geral	Unidade	30

A descrição dos itens da tabela acima com imagens ilustrativas estão presentes no Anexo I.

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

ITEM 1 – AVENTAL DE PVC: Os aventais de PVC serão utilizados para a proteção dos uniformes durante a higienização de utensílios nas Unidades de Criação e Reprodução (URs) do CENP. Para o dimensionamento, estimou-se a disponibilização de 1 (uma) unidade por instalação da SEMAP (total de 8), acrescida de 1 (uma) unidade para a clínica veterinária e 1 (uma) unidade para a Unidade de Investigação Biomédica (UIB).

ITEM 2 – AVENTAL DESCARTÁVEL, COR BRANCA: Os aventais descartáveis serão utilizados para a proteção dos uniformes de veterinários, residentes e estagiários durante as atividades de atendimento clínico na clínica veterinária do CENP. Para o cálculo, considerou-se a frequência diária de utilização por 2 veterinários, 8 residentes e 10 técnicos de laboratório, ao longo de 365 dias.

ITENS 3 E 4 – AVENTAL DESCARTÁVEL, GRAMATURA 30, TAMANHOS M E G: Os aventais serão destinados a visitantes e prestadores de serviços eventuais (como dedetização e manutenção) no acesso às URs. Para o dimensionamento, estimou-se a frequência anual dessas atividades, acrescida de margem de segurança para atendimento a demandas imprevistas.

ITENS 5 E 6 – AVENTAL DESCARTÁVEL, GRAMATURA 40, TAMANHOS M E G: Os aventais descartáveis serão utilizados para a proteção dos uniformes dos médicos veterinários durante as atividades de inspeção diária nas Unidades de Criação e Reprodução (URs) e na coleta de material microbiológico. Para o dimensionamento, estimou-se o uso de 7 (sete) aventais por semana, ao longo de 52 semanas (1 ano), em cada uma das 8 instalações da SEMAP. Cálculo: 7 aventais/semana × 52 semanas × 8 instalações = 2.912 unidades/ano. Adicionalmente, foram previstas 68 unidades como reserva, destinadas a suprir eventuais demandas imprevistas.

ITENS 7 A 15 – BOTAS DE PVC CANO MÉDIO: As botas serão fornecidas para proteção dos pés e tornozelos dos trabalhadores da área técnica (veterinários, residentes, técnicos e estagiários) durante atividades como atendimento clínico, manejo de animais e higienização de recintos. O quantitativo foi definido com base no número de profissionais atuantes e na frequência de acesso às URs para inspeção diária do plantel.

ITENS 16 A 19 – LUVAS PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS: As luvas serão utilizadas para proteção das mãos dos trabalhadores da área técnica durante atividades como atendimento clínico e manejo de animais. Para o cálculo, considerou-se o número de usuários, a frequência de utilização e o caráter descartável do material, sem possibilidade de reaproveitamento.

ITEM 20 – MACACÃO IMPERMEÁVEL: Os macacões impermeáveis serão utilizados para proteção corporal durante atividades que envolvem grande volume de água, como a lavagem de recintos com jato pressurizado. Para o dimensionamento, estimou-se a disponibilização de 2 (duas) unidades por instalação da SEMAP (8 instalações).

ITEM 21 – MÁSCARA PFF2: As máscaras PFF2 serão utilizadas por técnicos durante as atividades de manejo de primatas, realizadas por aproximadamente 30 dias, uma vez ao ano, em cada UR e na área de exposição, visando à biossegurança e proteção respiratória. Cálculo: 15 técnicos × 30 dias = 450 unidades/ano, acrescidas de 50 unidades como reserva para eventuais prorrogações e demandas extraordinárias, considerando a impossibilidade de reutilização segura.

ITEM 22 – MÁSCARA DESCARTÁVEL: As máscaras descartáveis serão utilizadas por veterinários, residentes, estagiários e técnicos durante atividades como atendimento clínico, rondas e inspeções do plantel. O quantitativo foi estimado com base no número de usuários, frequência de uso e caráter descartável do item.

ITEM 23 – PROTETOR FACIAL: O protetor facial será utilizado por técnicos durante a manipulação e diluição de sanitizantes empregados na desinfecção de ambientes e utensílios, reduzindo a exposição a agentes químicos. O quantitativo foi definido com base no número de profissionais que executam essa atividade (15 técnicos).

ITENS 24 E 25 – SAPATILHAS TIPO PROPÉ: As sapatilhas descartáveis tipo propé serão fornecidas a todos os indivíduos que necessitam acessar as URs, incluindo equipe técnica, visitantes e prestadores de serviços. O cálculo considerou a frequência anual de acessos e o caráter descartável do item, sem possibilidade de reutilização, acrescida de reserva técnica para variações na demanda.

ITENS 26 A 35 – TAMANCO HOSPITALAR: Os tamancos hospitalares serão utilizados por veterinários, residentes, técnicos e estagiários na área técnica do CENP, com o objetivo de evitar o uso de calçados pessoais e reduzir o risco de contaminação cruzada. O quantitativo foi estimado com base no total de 63 usuários, acrescido de reserva para eventuais ampliações da equipe.

ITEM 36 – TOUCA DESCARTÁVEL: As toucas serão utilizadas por veterinários, residentes, estagiários e técnicos durante atividades como atendimento clínico, rondas e inspeções. O dimensionamento considerou o número de usuários, a frequência de utilização e o caráter descartável do item, sem possibilidade de reutilização.

ITEM 37 - ÓCULOS DE PROTEÇÃO: Serão fornecidos 2 óculos ao ano para 15 técnicos de laboratório para a proteção ocular durante a realização de exames microbiológicos, parasitológicos e/ou histopatológicos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 226.677,59

O valor total da aquisição foi estimado em **R\$ 226.677, 59 (duzentos e vinte e seis mil, seiscientos e setenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme Pesquisa de Preço 13/2026.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por serem comercializados separadamente e para não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, os materiais a serem licitados foram divididos em itens. O parcelamento da solução em itens mostra-se técnica e economicamente viável, considerando que os materiais a serem adquiridos são comercializados de forma independente no mercado e não apresentam interdependência técnica que justifique sua aquisição conjunta. Tal divisão tem o objetivo de ampliar a competitividade, permitindo a participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, apresentando propostas menos onerosas para a Administração.

Dessa forma, a divisão do objeto em itens não acarreta prejuízo ao conjunto da solução nem compromete a economia de escala da contratação. Ao contrário, tal estratégia contribui para ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de maior número de fornecedores, inclusive daqueles que não dispõem de capacidade para fornecer a totalidade dos itens, mas que podem atender a parte específica do objeto.

O parcelamento também favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, na medida em que permite que empresas especializadas em determinados produtos participem da licitação, aumentando a concorrência e potencialmente reduzindo os custos da contratação.

Assim, a divisão da contratação em itens atende aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência, permitindo maior participação de licitantes e contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há para este estudo contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens solicitados foram previstos no PCA 2026, no DFD 27/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação tem como principal objetivo garantir a disponibilidade contínua de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e materiais correlatos aos servidores, bolsistas e estagiários da área técnica do Centro Nacional de Primatas (CENP).

Espera-se que a aquisição atenda aos seguintes benefícios:

1. Manutenção de condições seguras de trabalho – assegurando que todas as atividades desenvolvidas nas Seções de Manejo de Primatas, Laboratório, Ecologia e Meio Ambiente, Pesquisa com Primatas e Medicina Veterinária ocorram com proteção adequada, minimizando a exposição a riscos biológicos, físicos e químicos.
2. Proteção à saúde dos trabalhadores – prevenindo acidentes de trabalho, contaminações e doenças ocupacionais, garantindo a integridade física e a continuidade da capacidade laboral dos profissionais.
3. Garantia de continuidade das atividades institucionais – evitando interrupções nas rotinas de manejo, pesquisa biomédica, assistência veterinária e rotinas laboratoriais devido à falta de EPIs adequados.
4. Atendimento às normas de segurança e boas práticas laboratoriais – assegurando conformidade com as regulamentações aplicáveis, como a NR-6 e recomendações de fabricantes, promovendo segurança ocupacional e bem-estar dos trabalhadores.
5. Redução de riscos para os animais e para a pesquisa – ao proteger os colaboradores, também se minimiza o risco de transmissão de patógenos entre humanos e primatas, contribuindo para a saúde animal e para a integridade científica dos estudos desenvolvidos.

Dessa forma, a contratação contribui de maneira direta para a eficiência operacional, segurança ocupacional e qualidade das atividades institucionais desenvolvidas pelo CENP.

13. Providências a serem Adotadas

Atualmente, não há necessidade de providências estruturais a serem adotadas, tendo em vista que o CENP dispõe de almoxarifado estruturado e adequado para o armazenamento seguro dos bens a serem adquiridos, garantindo a conservação dos materiais de acordo com suas especificações e condições de qualidade para uso, assim como as seções da área técnica do órgão possuem infraestrutura para o armazenamento corrente, permitindo que os insumos sejam mantidos de forma organizada, segura e com condições apropriadas para manipulação e descarte adequado.

Entretanto, como o uso de EPIs pode gerar diversos impactos ambientais, os colaboradores responsáveis pelo manuseio dos materiais devem ser capacitados e treinados quanto ao uso correto dos produtos, à proteção

individual e à correta destinação de resíduos, reduzindo riscos de contaminação e impactos ambientais decorrentes de manipulação inadequada.

O CENP deve manter contrato vigente para coleta, transporte e destinação adequada das embalagens e resíduos gerados, garantindo a conformidade com a legislação ambiental aplicável e promovendo a redução de impactos ambientais associados à operação e ao descarte dos produtos utilizados.

Quando do fornecimento de EPI, o órgão deve assegurar a prestação de informações, observadas as recomendações do manual de instruções fornecidas pelo fabricante ou importador do EPI, em especial sobre: a) descrição do equipamento e seus componentes; b) risco ocupacional contra o qual o EPI oferece proteção; c) restrições e limitações de proteção; e d) forma adequada de uso e ajuste.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), embora essencial para a segurança, pode gerar diversos impactos ambientais, tais como:

- Geração de resíduos contaminados (ex.: luvas, máscaras e aventais utilizados em ambientes laboratoriais).
- Possível liberação de microplásticos (em EPIs descartáveis).
- Aumento do volume de resíduos sólidos, especialmente quando os EPIs são descartáveis.
- Risco de contaminação ambiental caso o descarte seja inadequado (principalmente resíduos biológicos ou químicos).
- Dificuldade de reciclagem de materiais mistos (plástico, tecido, borracha).
- Obsolescência e desperdício por má gestão de estoque (vencimento ou deterioração).
- Uso excessivo de embalagens (plásticas ou papelão).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OBADIAS DOS REIS SILVA

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 12:05:24.

SHEILA TETSUME MAKIAMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 12:05:46.

Lista de Anexos







Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.






- Anexo I - Anexo ETP.pdf (677.52 KB)

ANEXO I – Imagens ilustrativas dos itens descritos no ETP Nº 13/2026.



Nº ITEM NO ETP	CATMAT	DESCRIÇÃO DO BEM	IMAGEM
1	238638	AVENTAL DE PVC BRANCO	
2	422231	AVENTAL DESCARTÁVEL: MATERIAL: POLIPROPILENO. MODELO: UNISSEX. COR: BRANCA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MANGA LONGA, DESCARTÁVEL. TAMANHO: ÚNICO.	
3	604964	AVENTAL PROCEDIMENTO – PARAMENTAÇÃO: COR: C/ COR, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 40 , MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C/ PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: MÉDIO (M) , TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRA BACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇO E CINTURA	
4	604960	COR: C/ COR, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 40 , MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C/ PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: GRANDE (G) , TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRA BACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇO E CINTURA	
5	604954	COR: C/ COR, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 30 , MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C/ PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: MÉDIO (M) , TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRA BACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇO E CINTURA	


6	604955	AVENTAL PROCEDIMENTO - PARAMENTAÇÃO COR: C/ COR, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 30 , MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO SMS, MODELO MANGA: LONGA C/ PUNHO EM MALHA, PROPRIEDADE: HIDROREPELENTE, TAMANHO: GRANDE (G) , TIPO DE BARREIRA: C/ BARREIRA BACTERIANA, TIPO FECHAMENTO: POSTERIOR P/ PESCOÇO E CINTURA	
7	482669	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA, TAMANHO: 34 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	
8	482669	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA, TAMANHO: 35 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	
9	482669	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA, TAMANHO: 36 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	
10	482669	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE , COR: BRANCA, TAMANHO: 37 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	
11	482669	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COR: BRANCA, TAMANHO: 38 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	

12	482669	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COR: BRANCA, TAMANHO: 40 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	
13	482669	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COR: BRANCA, TAMANHO: 41 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	
14	482669	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COR: BRANCA, TAMANHO: 42 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	
15	482669	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COR: BRANCA, TAMANHO: 44 , TIPO CANO: MÉDIO, TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS	
16	619824	LUA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: NITRILE , MODELO: SEM LÁTEX, TAMANHO: MÉDIO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ , ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA	
17	619823	LUA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: NITRILE , MODELO: SEM LÁTEX, TAMANHO: PEQUENO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ , ESTERILIDADE: NÃO ESTERILIZADA	

18	619821	<p>LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: 100% NITRILE, TAMANHO: EXTRA GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM PÓ, ANTIDERRAPANTE, TIPO: AMBIDESTRA</p>	
19	619825	<p>LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO LUVAS NITRÍLICAS: LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL NITRILO, TAMANHO GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PÓ, ESTERILIDADE NÃO ESTERILIZADA, MODELO SEM LÁTEX</p>	
20	616643	<p>MACACÃO MATERIAL: TYVEK , COMPONENTES: CAPUZ , TIPO USO: ÁREA MANIPULAÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS , TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PUNHO E TORNOZELO COM ELÁSTICO, CAPUZ E ZÍPER</p>	
21	485529	<p>MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA MODELO: RESPIRADOR TIPO CONCHA , MATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS , FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S , CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE , COMPONENTE: CLIPE NASAL , TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA , ADICIONAL 2: S/ VÁLVULA , COR: C/ COR , TAMANHO: ADULTO , ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL</p>	
22	483888	<p>MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL MATERIAL: TNT (TECIDO NÃO TECIDO) , TIPO FIXAÇÃO: CONTORNO TOTAL, COM ELÁSTICO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PROTEÇÃO DE BARBA E BIGODE , TAMANHO: ÚNICO</p>	

23	308648	PROTETOR FACIAL MATERIAL: ACRÍLICO, MATERIAL COROA: PLÁSTICO, COMPRIMENTO: 200, COR: INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COROA AJUSTÁVEL E ARTICULADA	
24	436858	SAPATILHA HOSPITALAR TIPO PRO PÉ: SAPATILHA HOSPITALAR; MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO; MODELO C/ ELÁSTICO; COR: C/ COR; GRAMATURA: CERCA DE 40; TAMANHO: ÚNICO; TIPO USO: DESCARTÁVEL	
25	436853	SAPATILHA PLÁSTICA PROPÉ. DESCARTÁVEL. MATERIAL : POLIETILENO. TAMANHO ÚNICO	
26	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 34.	
27	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 35.	
28	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 36.	
29	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 37.	

30	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 38.	
31	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 39	
32	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 40.	
33	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 42.	
34	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 44.	
35	280457	TAMANCO USO HOSPITALAR MATERIAL: COPOLÍMERO DE BORRACHA. TIPO: ANATÔMICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE. TAMANHO 45	

36	332930	TOUCA MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: BRANCA, TIPO: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMANHO ÚNICO COM ELÁSTICO	
37	634184	ÓCULOS PROTEÇÃO	